

GUIA PRÁTICO DE PARTICIPAÇÃO

PROJECTO SUD'EAU

GESTÃO LOCAL SUSTENTÁVEL E PARTICIPATIVA DA ÁGUA

DO SUDOESTE EUROPEU



Publica:

Agència Catalana de l'Aigua

O projeto original: ondeuev.net

Imagens cedidas:

ACA

SMEAG

CRANA

CIMA

AIMRD

Aigua, Rius i Pobles

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Valores da participação	6
2.1 Quadro legal	6
2.2 A mais-valia da participação	8
2.3 Participação pública	9
2.4 Elementos chave dos processos de participação	10
• Objectivos da participação	10
• Características básicas e tipos	10
• Princípios do desenho e funcionamento	11
• Organização de um processo participativo	12
• Tipologia de sessões	15
• Funções e apoios	17
• Actores: Diversidade e pluralidade da participação	17
• Elaboração da documentação	19
• Elementos físicos	20
3. Roteiro: perguntas e variáveis	22
4. Experiências participativas	34
5. Bibliografia	43

1

INTRODUÇÃO

O projecto SUD'EAU, “Gestão Local e Participativa da Água e dos rios do Sudoeste Europeu”, insere-se no Programa Operativo de Cooperação Territorial do Espaço Sudoeste Europeu (PO SUDOE), cuja prioridade é a melhoria e sustentabilidade para a protecção e conservação do meio ambiente e envolvente natural do SUDOE.

O SUD'EAU parte das principais considerações e eixos da Directiva Quadro da Água, DQA:

- O **ambiental**, que pretende conseguir o bom estado ecológico da água e dos rios;
- O **económico**, para assegurar o uso sustentável da água através da recuperação de custos e a gestão da procura;
- O **social**, que tem como objectivo promover uma participação activa do cidadão.

O projecto tem como objectivo pôr em marcha experiências demonstrativas a nível local, que se convertam em boas práticas de referência, para a gestão sustentável da água. Estas experiências levadas a cabo no âmbito dos processos participativos possibilitam a apren-



dizagem colectiva na aplicação das medidas de gestão sustentável, de forma a poderem ser aplicadas a outras regiões europeias.

Este documento não deve ser entendido como um projecto independente, uma vez que foi realizado como parte de um conjunto que engloba três guias complementares de carácter prático:

1. Guia de Boas Práticas

2. Guia de Experiências de Referência

3. Guia de Participação

Com eles, prossegue-se o objectivo de gerar um fluxo contínuo de transferência de conhecimentos e práticas adquiridas, com vista a facilitar o desenvolvimento de projectos relacionados com a gestão sustentável e participativa da água.

Definimos a participação pública como a incorporação de pessoas e redes sociais às decisões públicas.

Este guia tem por objectivo fornecer ferramentas e conceitos básicos para a realização e implementação de processos de participação pública, relacionados com o ciclo integral da água. Está dirigido às instituições públicas que têm competências em matéria de água. ■

2

OS VALORES DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Quadro legal

A comunidade internacional reconheceu, mediante a Declaração do Rio de 1992, a importância da participação pública na sua concepção actual, e foi considerada a “melhor forma de tratar as questões ambientais” (princípio 10). A Declaração é de cumprimento voluntário. Em 1998, foi aprovada a Convenção de Aarhus, convénio sobre o acesso à informação, à participação pública na tomada de decisões e o acesso à justiça em assuntos ambientais. A União Europeia desempenhou um papel muito relevante na promoção e adesão da Convenção de Aarhus, de cumprimento obrigatório para os estados aderentes.

A participação pública, na tomada de decisões para a elaboração, modificação e revisão de planos, programas e normas regulamentares, recorre à Convenção de Aarhus (artículos 7 e 8). A participação pública foi desenvolvida no Direito comunitário através da directiva de participação pública (Directiva 2003/35). Além, de ser efectuada através da avaliação ambiental

estratégica (Directiva 2001/42) e a Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60).

A Directiva Quadro da Água (DQA) tem sido uma referência no desenvolvimento de uma política pública, uma vez que proporciona uma nova forma de entender e gerir o ciclo integral da água. A partir desta nova perspectiva, passamos da gestão dos recursos hídricos como recursos à gestão a partir da perspectiva dos ecossistemas aquáticos, assim como a preservação e melhoria do seu estado ecológico. A DQA -tendente a alcançar-se um bom estado ecológico das massas de água - exige aos estados membros da EU, que elaborem os planos de gestão de bacias, e que a sua elaboração deve ter em conta a participação activa dos cidadãos, como passo prévio à tomada de decisões por parte das autoridades competentes. A sua finalidade é promover, garantir e facilitar que os diferentes sectores e cidadãos participem na planificação da gestão do ciclo da água, enriquecendo e melhorando assim as actuações dos órgãos responsáveis. Desta forma, a DQA define o processo de participação cívica como um dos eixos fundamentais para a redacção dos



Programas de Medidas e dos Planos de Gestão de Bacias.

Os processos participativos de planificação do ciclo integral da água são fundamentais por duas razões. Em primeiro lugar, o direito do cidadão a tomar parte dos assuntos públicos, e nas decisões sobre o futuro do nosso ambiente, deve ser um dos objectivos estratégicos para estruturar a política da água. Em segundo lugar, porque a água é um elemento chave no planeta, um bem essencial, e portanto a gestão implica potenciais conflitos ao concentrar interesses e necessidades diferentes. Portanto, é fundamental a busca do consenso, assim como recolher os acordos e desacordos argumentados.



2.2. A mais-valia da participação

Cada vez mais, é notório o consenso sobre a necessidade de abordar a concepção e implementação das medidas públicas com participação e diálogo. O público exige que o diálogo e a participação ocorram em determinadas condições e com garantias de qualidade.

Para evitar paralisações e desconfianças crescentes, é necessário:

- **Aceitar o conflito**, já que não é uma força paralisadora, mas sim dinamizadora. O conflito sempre gerou acção, criatividade e inovação. É necessário aceita-lo e geri-lo para aproveitar o potencial. O conflito faz parte do processo e, como tal, provocará momentos de tensão que deverão ser abordados sem medo.
- **Respeito mútuo**: Aceitar o conflito implica aceitar as razões, os interesses e os pontos de vista dos outros. É necessário respeitar a diversidade de opiniões e aceitar visões críticas ou alternativas, que frequentemente estão ausentes. É provavelmente a principal explicação para a desconfiança entre o governo e o público e entre os distintos actores. É importante reconhecer, sem inibir, as opiniões dos outros e exigir, sem excepções, o respeito pelas mesmas.

Tendemos a mistificar o consenso como a única situação possível para abordar intervenções públicas complexas. Na verdade, estas intervenções baseiam-se num conflito legítimo entre interesses e visões alternativas. A experiência mostra-nos possíveis consequências desta percepção mítica do consenso: paralisia e desconfiança.

- **Paralisia**, obstinar-se num consenso, que pode ser impossível, implica adiar as decisões “sine die”.

- **Desconfiança:** a outra face do consenso mistificado é, em primeiro lugar, a penalização do conflito e, em segundo lugar, a suspeição de todos aqueles que não concordam com as nossas posições.

2.3. Participação cívica

A participação pública é a integração de pessoas e redes sociais nas decisões públicas. Uma participação pública de qualidade requer o desenvolvimento dos processos (sessões organizadas com comunicação e diálogo) em determinados espaços físicos.

A participação cívica, é uma combinação de **quem** toma as decisões de planificação (responsáveis públicos), com melhorias na forma de **como** essas decisões são tomadas, estas sendo sensíveis às contribuições de proximidade, aos cidadãos e actores do território em causa.

VALORES DA PARTICIPAÇÃO

Quem toma as decisões e planifica fá-lo em função de valores, objectivos e critérios, que devem ser explicados e comunicados.

O debate facilita o encontro de posições. Não é fácil mas possível se palavras ambíguas forem evitadas, e grandes ideais forem compartilhados.

Quando se usam palavras ambíguas, a participação é pouco útil.

É muito importante determinar os consensos e desacordos, assim como todos os argumentos. Também é necessário sistematizar as conclusões dos debates para que os responsáveis políticos as possam utilizar e as pessoas tenham garantias.

OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO

A proximidade local não afecta **quem** toma a decisão, mas exerce uma influência crucial na forma **como** se toma. Esta proximidade é o cerne de uma nova política, uma nova forma de abordar os conflitos complexos a enfrentar. O diálogo e a participação irão enriquecer a decisão ou, se for pertinente, a alteração.

Ouvindo, conseguimos duas coisas: aprender (o conteúdo da política será mais rico) e estabelecer cumplicidades (a implementação será mais eficiente).

As funções têm que ser deliberativas e consultivas:

- Deliberar sobre as políticas públicas.
- Debater sobre projectos de normativas, planos e programas.
- Receber informação detalhada sobre acções públicas.
- Apresentar propostas e recomendações para melhorar os serviços públicos.

2.4. Elementos chave a ter em conta

OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO

- São espaços de compromisso mútuo, entre os cidadãos, as administrações públicas, e o governo.
- Influenciar nas decisões políticas.
- Melhorar a qualidade democrática e reduzir a insatisfação face à política
- Construir visões compartilhadas: o diálogo transforma as posições iniciais de cada uma das partes noutras mais elaboradas que têm em conta a complexidade social.
- Aprender a deliberar, argumentar.
- O diálogo tem limitações. Precisa de fracturas sociais que contemplem posições contraditórias e irreconciliáveis.
- Obter relações transparentes entre a administração e os cidadãos, baseadas na argumentação credível das decisões políticas em função dos interesses públicos.
- Implicar a sociedade civil nos objectivos colectivos: consciencializar as entidades, as empresas e os cidadãos do impacto que têm os seus hábitos e atitudes.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS E TIPOS

É necessário distinguir os espaços deliberativos de participação pública de outros órgãos colegiais e espaços de relação entre poderes públicos e a sociedade civil.



As **características básicas** de um espaço participativo:

- Os participantes que assistem são representantes de organizações ou cidadãos/as a título individual.
- São consultivos. A decisão recai no Governo, no Parlamento, no Conselho Municipal ou Conselho Regional.
- Integração de todas as visões, interesses e pontos de vista.
- Funciona com diálogo e a exposição de argumentos.

Existem diversos **tipos** de espaços de participação: Segundo a duração:

- **Espaços estáveis** perduram ao longo do tempo. Têm frequentemente o nome de conselhos ou de mesas.



- **Espaços temporais** organizam-se especificamente para um processo participativo, especialmente antes de um debate de uma problemática concreta.

Segundo a orientação:

- Orientados para uma política pública (saúde, serviços sociais, segurança, ambiente).
- Orientados para um sector da população (mulheres, idosos, etnia...).

Esta distinção é importante na concepção de processos participativos:

Numa política sectorial (como a política de gestão do ciclo integral da água, por exemplo) convém envolver o respectivo conselho (Mesa da Água), mas também os conselhos orientados a

sectores da população (Conselho de Mulheres, Conselho Escolar, Conselho da Terceira Idade,...), para garantir a diversidade de visões que os diferentes colectivos fornecem.

PRINCÍPIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO

Existem muitas formas de implementar espaços de participação. No entanto, para que os mesmos sejam funcionais, devem ser respeitados os seguintes princípios:

- **Confiança:** os responsáveis que lideram o processo devem actuar com transparência e respeitar as regras do jogo.
- **Coordenação:** Deve-se ter uma visão global dos instrumentos participativos, coordenar as deliberações e extrair conclusões conjuntas.
- **Deliberação:** A escolha, dentre as várias opções possíveis, adoptada pelo órgão decisor.
- **Descentralização:** Envolver a participação das pessoas nas decisões que recaem sobre os seus territórios.
- **Desconcentração:** Trabalhar em pequenos grupos para obter uma boa dinâmica deliberativa.
- **Diversidade social:** as percepções e necessidades das pessoas diferem segundo o seu meio (rural, urbano, subúrbios), a idade, o género, a origem geográfica, a classe social... Todas têm que estar presentes.
- **Pluralidade:** Todas as formas de pensar têm que estar presentes.
- **Integração:** O efeito das políticas públicas

depende da sua acção combinada. Os espaços de participação devem tratar todas as matérias que os afectam, para além das competências do departamento ao qual estão ligados.

- **Abertura:** Para contribuir, para além das entidades que trabalham com comissões, é necessário incorporar outras entidades, grupos informais e pessoas a título individual.
- **Coordenação interdepartamental:** Quando se abre um processo de debate com os cidadãos, estes não se expressam tendo em conta a lógica das divisões departamentais, mas com a complexidade real dos problemas. É necessário abordar os problemas desde a perspectiva das pessoas, e não a partir das divisões administrativas. Por isso, antes de abrir um processo participativo, é essencial, em primeiro lugar, classificar a dimensão interdepartamental da temática e, em segundo lugar, encontrar os compromissos departamentais para se poder estabelecer uma voz coordenada e integrada face às abordagens dos cidadãos.
- Para um bom desenvolvimento das sessões, recomenda-se a admissão/permissão externa, independentemente da instituição promotora.

ORGANIZAÇÃO DE UM PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

A deliberação de um processo participativo deve estruturar-se em distintas fases. A estruturação deve permitir definir o quadro metodo-

lógico de participação, o geográfico, temático, e os limites do mesmo debate.

O processo é constituído por fases distintas: **fase informativa**, **fase de diagnóstico**, **fase de proposta** e **fase de retorno**.

Fase informativa:

Numa primeira fase dum processo de participação, é primordial estabelecer conceitos e linguagens comuns. Por trás do conceito de participação pública, existem actualmente muitas ideias e visões distintas.

Submeter o processo participativo com regras claras, que estabeleçam os objectivos perseguidos, o calendário de trabalho, o número e tipo de sessões que se concluíram, os materiais utilizados, os diversos espaços e instrumentos à disposição dos participantes, os recursos dedicados e como se recolheram as contribuições.

É provável que alguém não concorde com as regras, mas deve-se evitar que as pessoas pensem que foram violadas e, desta forma, se tenham desviado de uma maneira ou de outra do processo participativo. Definir o resultado final e os compromissos da administração em relação ao processo é importante como exercício de transparência e confiança: o processo não vai tratar todos os temas considerados importantes pelos assistentes. Vai apenas tratar os que estão dentro dos limites estabelecidos. Esta primeira sessão informativa é o início do

exercício de confiança e compromisso mútuo entre a instituição pública impulsionadora e os participantes no processo; sem esta confiança, compromisso e transparência não conseguiremos que o processo seja satisfatório.

Fase de diagnóstico

Para a elaboração correcta de propostas, é indispensável dispor de um diagnóstico comum.

Nesta fase de diagnóstico, a crítica e a autocrítica são comuns. Por isso, recomenda-se que sejam específicas para os diferentes sectores, para reduzir resistências e compartilhar a diversidade de visões dentro do mesmo sector. A cumplicidade no seio de um mesmo sector facilita o debate e o envolvimento de todos os participantes do grupo de diagnóstico, aumentando por conseguinte a confiança.

O diagnóstico comum permite focalizar e realçar as questões principais e as distintas visões sobre a temática a tratar.

Compartir o diagnóstico numa sessão plenária onde se visualizam, por sectores, as principais preocupações, facilita a análise entre os distintos sectores e ordena o debate para abordar a fase de propostas.

Fase de propostas

O intervalo entre o diagnóstico e a elaboração de propostas, é um momento delicado para os participantes. Segundo a envergadura da temática a tratar, é conveniente dividi-la em subgru-



pos temáticos. Redefinir a temática facilita a realização de contribuições mais concretas.

Nesta fase, é necessário que os grupos de trabalho tenham representação nos distintos sectores. Esta pluralidade permitirá realizar debates pluralistas, com visões e interesses distintos, e elaborar melhores propostas. Assim, é imprescindível a participação de técnicos capazes de esclarecer declarações pertinentes, técnicas e jurídicas.

A realização de uma sessão plenária de propostas, onde é apresentado o trabalho dos distintos grupos, é importante como exercício de transparência e para ter uma visão global do processo.

Fase de retorno

Na fase de retorno, a instituição impulsionadora do processo de participação reforça a confiança depositada pelos/as participantes respondendo às expectativas criadas desde o início até à conclusão do processo.

Quando se fala aos cidadãos, estes podem entender que nem todas as propostas são aceites, mas não toleram que as mesmas sejam ignoradas. Entendem um “não” como uma resposta possível, mas sentir-se-ão decepcionados se o que propuseram não obtiver qualquer resposta. Por isso, é essencial demonstrar que se ouviram, e analisaram as suas contribuições e que se elaborou um documento de conclusões entregue aos participantes para validar os conteúdos recolhidos.

É tão importante demonstrar que se ouviu, assim como esclarecer a utilidade do processo. Deve-se mostrar aos cidadãos que o processo contribuiu à toma de decisão, evidenciando a capacidade de enriquecer as decisões que tem o processo deliberativo. Nesta sessão, a presença dos responsáveis máximos pelas instituições impulsionadoras é imprescindível, uma vez que é um





reconhecimento público da importância do processo.

TIPOLOGIA DE SESSÕES

As deliberações produtivas requerem grupos pequenos e que funcionem em regime presencial. Para conseguir grupos adequados e permitir a participação do máximo de gente possível e que seja funcional, a estrutura aconselhável é:

- a) Os grupos de trabalho
- b) O Plenário

Os grupos de trabalho

As deliberações requerem grupos compostos por 5 a 15 pessoas, dependendo de diversos factores. Se forem grupos maiores, as pessoas começam a falar em público em vez de deliberar:

- Se a questão for suficientemente especializada e termos pouca gente interessada, apenas um grupo é suficiente.
- Se o debate for mais generalista e for dirigido a muita gente, é necessário implementar diversos grupos paralelos com a mesma ordem do dia para que toda a gente possa falar e escutar.

Ter grupos de trabalho:

- Permite alcançar o tamanho adequado e multiplicar o número de assistentes.
- Aumentar o tempo de deliberação, a frequência das reuniões e a proximidade geográfica em função da estrutura realizada.



Em referência à diversidade social:

- Os grupos de trabalho devem estar compostos por grupos plurais de cidadãos/as eleitos/as que, no seu conjunto, tenham certas características, como o local de nascimento, o género, a idade ou o nível escolar, numa proporção similar ao da população em general.
- As pessoas com um determinado perfil inibem-se em grandes grupos por motivos diversos. Nestes casos, é conveniente construir grupos de trabalho homogéneos, para garantir que as pessoas se expressem e construam uma visão compartilhada e, posteriormente, levar algumas destas pessoas aos grupos com todos os assistentes da sessão de trabalho.

Plenário

É a sessão que agrupa todas as entidades e pessoas que participaram nos grupos de trabalho.

As funções do plenário devem ser:

- Validar os resultados da participação: assegurar que os documentos de avaliação dos resultados reflectam as deliberações com fidelidade.
- Exercer o retorno: os decisores políticos são responsáveis pela utilização dos resultados da participação e o impacto que tiveram sobre as decisões.
- Ter uma visão global do trabalho participativo levado a termo pelo processo.



FUNÇÕES E APOIOS

A liderança política: a presidência

Deverá recair sobre os responsáveis políticos:

- Fazer coincidir a ordem do dia com a agenda política. Debater questões que se queiram ignorar no âmbito político provoca frustrações.
- A presença dos responsáveis políticos incentiva os participantes, uma vez que as suas intervenções são ouvidas em primeira-mão, e demonstra que as matérias que se deliberam são suficientemente importantes para merecer a atenção dos responsáveis políticos.

- Explicar quais os objectivos estratégicos que se pretende alcançar e ouvir as propostas da sociedade civil.

ACTORES: DIVERSIDADE E PLURALIDADE DA PARTICIPAÇÃO

Em qualquer processo de debate, a pergunta crucial é quem participa? Uma pergunta que afecta tanto a diversidade como a quantidade de participantes. São suficientes as pessoas que foram envolvidas no processo? Estão todos os que deviam estar? São suficientemente representativos? E há diversidade?

Para serem válidos, os processos deliberativos devem ser representativos da diversidade da população, e os resultados têm que ser fiéis à pluralidade de modos de pensar que a população tem. O importante não é a quantidade de pessoas presentes mas a diversidade social dos participantes; trata-se duma representatividade qualitativa, que reproduz a pluralidade de visões e valores presentes na sociedade e que tem em conta a existência de cidadãos diversos, fruto das características sociais e das pessoas no singular.

A diversidade de vozes no diálogo é muito importante, não se trata de “em nome de quantas pessoas fala” como de “como interessante e diferente é a sua intervenção”.

É materialmente impossível que todos os cidadãos participem num processo deliberativo:

- Muita gente opta por não querer participar.
- Seria necessário um esforço logístico com custos desproporcionados.
- Seria difícil gerir toda a informação produzida.

A participação é um direito individual, não se pode dar início ao processo participativo e não acompanhar o seu desenrolar, ao invés, deve levar-se em linha de conta o que for referido na(s) sessão(ões), caso contrário poderia resultar que um sector social estaria mais presente que outro:

- Os homens tendem a participar na planificação territorial e as mulheres nos serviços sociais.
- As pessoas ocupadas são mais propensas a participar do que as desocupadas.
- As pessoas nascidas no país tendem a participar mais que as nascidas fora do país.
- As pessoas de meia-idade participam mais que a juventude ou os idosos.

Os esforços dos responsáveis públicos devem ser orientados para garantir esta diversidade.

Adaptação à diversidade: género, origem estrangeira, idades, conciliação vida familiar, transporte

Para evitar que a participação seja socialmente selectiva, o princípio da abertura deve ser combinado com a representação qualitativa da sociedade.

Todos/as somos juridicamente iguais (excepto os menores e as pessoas que não têm naciona-

lidade), mas cada um de nós é único e diferente dos demais: a democracia deliberativa é baseada na combinação da diversidade nos diálogos. Quando se abrem espaços de participação deve – de resto, para manter o equilíbrio – ter-se em conta os seguintes elementos:

Paridade de género

O objectivo a longo prazo é conseguir a paridade. A curto prazo, é estimular a participação do género com menos representação segundo a temática de debate. Quando se intenta corrigir outras diversidades (idade, deficientes, origem estrangeiro...), deve-se estar atento à presença de homens e mulheres.

Incorporar pessoas de origem estrangeira

Em especial, as pessoas a quem ainda não foi reconhecido o direito de voto, já que a participação é a único modo que têm de canalizar as suas visões e interesses.

Equilibrar idades

Para garantir a presença de pessoas idosas, deve-se ter especial cuidado com aspectos de acessibilidade das salas e o tamanho da letra dos textos. No caso de crianças, são necessários elementos metodológicos que justifiquem a elaboração de outro guia.

Responsabilidades familiares

Muitas pessoas têm responsabilidades familiares que dificultam a participação. A organização tem que prevê-lo e facilitar a participação através de distintos mecanismos:



- Estabelecimento de acordos com os serviços que podem temporariamente assumir o seu cargo.
- Aproveitamento da participação infantil, para que toda a família esteja envolvida na acção participativa.

Transporte e mobilidade

Existem zonas onde a cobertura de transportes públicos é demasiado deficiente, e há muitas pessoas que não possuem automóvel. Para compensar esta carência, convém organizar sessões em lugares bem conectados com transportes públicos, ou então organizar a partilha de carro ou, se necessário, contratação de autocarros para poderem assistir às reuniões.

ELABORAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação elaborada para entregar aos participantes é uma questão de grande importância para o bom desenvolvimento do processo e uma oportunidade para esclarecer conceitos, planos e programas que diariamente são implementados pelas instituições públicas.

Esta informação deve estar adaptada ao **nível de conhecimento** dos diversos participantes.

Em cada sessão do processo de participação, é importante que haja um **documento de síntese**, onde são registadas as contribuições efectuadas pelos participantes e técnicos.



Não deve ser uma transcrição literal da sessão, mas um documento onde constem as contribuições, debates, e esclarecimentos para garantir a transparência do processo participativo.

A entrega da documentação preliminar tem que ser feita com antecedência suficiente, para que os participantes a possam analisar antes da sessão presencial. Por sua vez, a elaboração dos documentos de síntese de cada sessão, deve ser publicitado num curto período de tempo, de dois a três dias úteis, depois da sessão.

Tanto a elaboração da documentação preliminar das sessões, como a documentação que se realiza com os resultados de cada sessão, são um exercício de transparência institucional do processo e garantia para os/as participantes.

ELEMENTOS FÍSICOS

Salas ou equipamentos

É recomendável utilizar equipamentos e salas públicas, porque a participação pública é uma entrada dos cidadãos na esfera pública, e deve-se reforçar o conceito e o valor de “público”.



Um aspecto que é muitas vezes relegado: a necessidade de dispor dos espaços físicos adequados. As salas devem ser:

- Polivalentes: que permitam convocar plenários e pequenos grupos de trabalho. Mobiliário móvel.
- Equipamentos: com microfones, projectores, computador conectado à Internet,...
- Acessibilidade: desde o ponto de vista de pessoas com mobilidade reduzida ao do transporte público.
- Confortáveis: luminosas, silenciosas e com mobiliário adequado.

É um bom hábito propor água, café e alguma coisa para petiscar durante o desenvolvimento das sessões. Para além de ser uma pequena cortesia com os participantes, ajuda a relaxar o ambiente, propiciando o acordo e o diálogo. Nestes casos, deve ter-se em conta as recomendações de saúde (alimentos leves, como fruta) e garantir a diversidade para não ferir susceptibilidades religiosas.

Ferramentas telemáticas

É conveniente dispor de um sítio na Internet para publicitar a documentação e divulgar a informação básica:

- Documentação de apoio para as reuniões.
- Lugar, data e hora das sessões e como lá chegar.
- Resultados da participação e documentos de retorno.

O sítio Internet pode ser enriquecido com:

- Uma caixa de correio que permita a participação individual.
- Fóruns de discussão
- Listas de distribuição

Em todos os casos, qualquer uma das ferramentas citadas requer um trabalho de dinamização.

Muito importante, a participação mediante ferramentas telemáticas deve ser complementar e prévia às sessões de debate presencial e nunca em substituição.

Cabe citar as possibilidades da conexão por áudio ou vídeo entre grupos situados em pontos separados geograficamente. ■

3

ROTEIRO: PERGUNTAS E VARIÁVEIS

O *Roteiro* é uma listagem de variáveis, e questões qualitativas e quantitativas. Pretende ser uma ferramenta prática para as instituições e/ou organizações que queiram realizar processos de participação pública minimamente relacionados com o ciclo integral da gestão da água.

A listagem que se segue pretende ser um guião das principais questões para a elaboração de um bom processo participativo, tais como, conteúdos, questões práticas (logística, elaboração de materiais,...), etc.

BLOCO 1

Objectivos do processo

Há vontade política para aceitar os resultados estabelecidos pelo processo de participação?

Qual a margem para incorporar os resultados da participação nas políticas públicas?

Identificação da temática, plano, projecto a debater.

Identificar os limites do debate.

Que elementos não são susceptíveis de debate, uma vez que não há capacidade de alteração?

Enumeração dos temas a tratar.

Que resultado se espera do processo participativo?

BLOCO 2

Coordenação de equipas

Interna da instituição impulsionadora e competente

Foram realizadas reuniões com as diversas unidades da administração para participar no processo?

Quando se realizaram estas reuniões? Antes, durante e depois?

Externa, com a equipa dinamizadora

Quantas reuniões planificadas?

Quantas reuniões realizadas?

Quando se realizaram estas reuniões? Sessões: Antes/depois; Fases: antes/depois?

A que público é dirigido o processo de participação?

Mapa de actores

Elaborou-se uma base de dados com os actores vinculados à água? SIM/NÃO?

Elaborou-se uma listagem com os dados mínimos de que se deve dispor de cada actor? ¹

Classificaram-se os actores segundo o tipo e categoria?

1. Exemplo de base de dados: www.sudeau.org

Classificaram-se os actores segundo a sua relevância: Alta, Média e Baixa?

Quantos actores são profissionais ou explorações do sector primário?

Quantos actores são do sector industrial e empresarial?

Quantas organizações ambientais, ecologistas, universitárias, centros de investigação?

Quantos actores relacionados com o turismo, lazer, e outros utentes lúdicos do rio?

Quantos actores são responsáveis pela gestão da água?

Quantos actores da administração pública regional e local?

Fazem parte da listagem das principais organizações dos distintos sectores?

A base de dados contem os actores com diversidade de visões e interesses pela bacia?

Há no mapa de actores diversidade geográfica do âmbito de trabalho?

Até que fase se poderá incorporar novos actores no processo de participação?

**Em que horário se desenvolverão as sessões?
(em que horário assistirão apenas profissionais)**

Elaboração da difusão

Quantos anúncios nos principais jornais locais?

Quantos anúncios em televisões locais?

Quantos anúncios nas principais rádios locais?

BLOCO 3

Que fases vão estar presentes no processo de participação?

Fase de informação?

Fase de diagnóstico?

Fase de propostas?

Fase de retorno?

Convocatória para o processo de participação

Com quantas semanas de antecedência se enviará a informação do processo de participação?

Que informação se lhes entregará?

Como se convocarão as sessões: correio postal, telefone, correio electrónico?

Enviar-se-á a informação por e-mail e/ou correio postal?

Planificaram-se sessões de informação?

Quantas?

Como estão repartidas geograficamente?

Que material se lhes entregará?

Que representantes promovem e legitimam o processo de participação?

As instituições que legitimam e promovem o processo estão presentes na mesa?

Com quantos dias de antecedência se lhes comunicará a sessão?

Quantos participantes confirmaram a sua presença?

Foi elaborado um calendário com todas as sessões do processo participativo?

Foi elaborado o documento síntese da sessão?

Foi elaborado um inquérito sobre a percepção da realidade da temática a tratar?

Foi elaborado um inquérito de avaliação da sessão?

Quantas sessões estão previstas para o diagnóstico sobre o tema a tratar?

O diagnóstico será elaborado com todos os sectores juntos ou em reuniões sectoriais distintas?

Se o diagnóstico se realizar em sessões sectoriais, vai efectuar-se uma sessão conjunta para partilhar as contribuições e visões dos distintos sectores?

Que material será entregue?

Que se fará se saírem propostas vinculativas com a temática mas que não sejam da competência das instituições impulsionadoras do processo de participação?

Foi explicado aos participantes?

Com quantos dias de antecedência se lhes envia um lembrete da sessão?

Quantos participantes confirmaram a sua presença?

Foi elaborado o material para realizar um debate com toda a informação?

Entregou-se o material com suficiente antecedência para analisar a documentação previamente à sessão?

Que dinâmicas de participação se utilizaram?

Foi elaborado o documento síntese da sessão?

Foi elaborado um inquérito de avaliação da sessão?

Haverá uma sessão plenária para partilhar o diagnóstico realizado com os distintos sectores e unifica-la com todas as visões?

Que material será entregue?

A estrutura da sessão permitirá aos participantes ter uma visão global do trabalho participativo realizado?

Haverá uma sessão plenária para compartilhar o diagnóstico dos distintos sectores?

Com quantos dias de antecedência foi enviado o lembrete da sessão?

Quantos participantes confirmaram a sua presença?

Serão apresentados aos participantes os resultados de um inquérito de percepções?

Que dinâmicas de participação se utilizaram?

Foi elaborado o documento síntese da sessão?

Foi elaborado um inquérito de avaliação da sessão?

Quantas sessões estão previstas para a elaboração de propostas sobre o tema a tratar?

Vão dividir-se por temáticas e vão realizar-se sessões por grupos de trabalho?

Para elaborar as propostas transversais, vão realizar-se sessões comuns com os distintos sectores?

Que material será entregue?

É necessário dividir o âmbito temático em sessões temáticas mais específicas?

Quantos grupos de trabalho temático vão ser realizados?

Quantas sessões serão realizadas para cada temática?

Foi elaborado o documento síntese da sessão?

Com quantos dias de antecedência foi enviado o lembrete da sessão?

Que dinâmicas de participação se utilizaram?

Foi elaborado um inquérito de avaliação da sessão?

Haverá uma sessão plenária de propostas?

Que material será entregue?

A estrutura da sessão permitirá, aos participantes, ter uma visão global do trabalho participativo realizado?

Com quantos dias de antecedência foi enviado o lembrete da sessão?

Quem apresentará os resultados de cada grupo temático?

Poderão ser feitos comentários aos documentos apresentados?

Foi elaborado o documento síntese de propostas elaboradas pelo processo de participação?

Quem vai avaliar a instituição pública competente?

Foi elaborado o documento síntese da sessão?

Foi elaborado um inquérito de avaliação da sessão?

Sessão de Retorno

As instituições que promoveram e legitimaram o processo de participação estão presentes na mesa?

Com quantos dias de antecedência foi enviado o lembrete da sessão?

Haverá uma convocatória pública desta sessão?

Que material será entregue?

O material de resposta será entregue antes da sessão de retorno, para que os participantes a possam analisar detalhadamente?

Respondeu-se a todas as propostas elaboradas no processo de participação?

Foi elaborado o documento síntese da sessão?

Será entregue um inquérito sobre a sessão?

Será entregue um inquérito sobre o processo de participação?

BLOCO 4

Canal de comunicação

Que mecanismo se utilizará para publicar a documentação das sessões?

Com quantos dias de antecedência se facilitará a documentação?

Qual o prazo para a publicação dos resultados e as deliberações de cada sessão?

Será utilizado o portal Internet para o processo de participação?

O portal é intuitivo?

Elaboração de material

Existe documentação sobre os temas a tratar durante o processo de participação?

A documentação contém a informação necessária para realizar um debate eficaz?

A informação está tratada adequadamente para o público-alvo do processo participativo?

Foram criados distintos níveis de compreensão na informação facultada?

A disponibilização da informação pode ser considerada um exercício de transparência?

BLOCO 5

Avaliação das sessões e o processo

Foram realizados Inquéritos no final de cada sessão?

Avaliou-se a dinamização?

Avaliou-se a convocatória?

Avaliou-se a documentação facultada?

Avaliou-se a informação facultada na sessão?

Avaliou-se a receptividade para o esclarecimento de dúvidas e conceitos?

Avaliou-se o espaço onde se realizou a sessão?

Perguntou-se como melhorar o processo de participação?

Realizaram-se inquéritos sobre o processo a meio caminho?

Realizaram-se inquéritos sobre o processo na conclusão do mesmo?

Avaliou-se a temporalidade do processo?

Avaliou-se a estrutura do processo?

Trataram-se os temas centrais da problemática levantada?

O processo cumpriu com os objectivos iniciais?

Avaliou-se a utilidade do processo?

Foi avaliado o processo de aprendizagem individual?

Avaliou-se o aumento de conhecimento da temática dos/as distintos/as participantes?

Avaliou-se a aprendizagem sobre o processo de deliberação?

Avaliou-se se a partilha de visões com outros sectores enriqueceu, a cada participante, a visão global da temática?

Avaliaram-se as redes estabelecidas entre diferentes actores e colectivos que se geraram durante o processo?

4

EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS

Consequentemente, pode conhecer-se uma série de experiências de participação pública, promovidas pelas instituições públicas e alguma experiência promovida por entidades sociais. A primeira tipologia tem por objectivo exemplificar o que foi apresentado ao longo do guia. A segunda, a experiência 2 foi introduzida pela diversidade de recursos e actividades promovidas em volta de uma iniciativa, como motor gerador de novas ideias.

AGÊNCIA CATALÃ DA ÁGUA

Retorno final para as bacias internas da Catalunha



DESCRIÇÃO

Uma vez finalizada a primeira fase de participação pública para a elaboração do Plano de Gestão da Água da Catalunha, no âmbito dos Conselhos da Bacia dos rios: Muga, Fluvià, Ter, Tordera, Besòs, Llobregat/ Cardener, Foix, Rieres Meridionals, Gaià e Francolí; e quando o Plano de Gestão já se encontrava em exposição pública, realizaram-se as sessões de retorno final, para esclarecer dúvidas sobre a inclusão ou não de cada proposta na redacção final do Plano de Gestão e no Programa de medidas do distrito da bacia fluvial da Catalunha e facilitar a possibilidade de apresentar comentários.

OBJECTIVO

Apresentar "in situ" aos actores do território os eixos essenciais do Plano de Gestão e os

específicos para cada bacia hidrográfica, assim como informar sobre o período de alegações do PGDCFC.

Avançar na necessária intersecção dos conceitos participar-planificar em conformidade com a Directiva Quadro da Água e que se concretizará, também, a partir da implementação dos "Consejos de Cuenca" e da dinâmica que estes desenvolvem.

ORÇAMENTO SUD'EAU

23.000 €

ENTIDADES PROMOTORAS

Agència Catalana de l'Aigua, Dirección General de Participación Ciudadana de la Generalitat de Catalunya.

AGÊNCIA CATALÃ DA ÁGUA

Agenda Pública Água, Rios e Pessoas



DESCRIÇÃO

A exposição "Água, Rios e Pessoas", apresenta os principais conflitos de água no planeta desde a perspectiva dos afectados. Os eixos temáticos, na exposição e na agenda pública, estruturaram-se em torno de 7 eixos temáticos: Grandes presas; Direitos Humanos, violência e água; Catástrofes; Degradação de ecossistemas aquáticos e fome; Direito humano à água e luta contra a privatização; Vitórias e soluções; Casos locais: Besós. A garantia de abastecimento a Barcelona; Río Ebro. As transferências não são a solução; A salinização do Llobregat; A luta da Água na Área Metropolitana de Barcelona,

1990-1998; O caso do Ter. A agenda pública elaborou-se com a participação de mais de 50 organizações sociais, ambientais, de desenvolvimento, universidades, sindicatos, educadores, instituições de artistas.

Programaram-se debates, workshops, seminários internacionais, excursões, concursos de pinturas, teatro, concertos, projecções audiovisuais.

OBJECTIVOS

A exposição teve um duplo objectivo:
A. Informar e consciencializar a sociedade da empatia com os afectados,



B. Abrir uma agenda pública para a deliberação das políticas de água e potenciar os movimentos sociais.

A. Consciencializar a sociedade: Através do espaço expositivo, apresentam-se casos distintos que exemplificam a crise global da água. Desde a perspectiva dos afectados, que merecem ser conhecidos, reconhecidos e escutados.

B. Deliberação pública e potenciação dos movimentos sociais: Sobre a base de reconhecer e escutar quem sofre de forma directa os problemas e lutam para resolvê-los, trata-se de motivar o debate e compromissos concretos

ORÇAMENTO SUD'EAU

46.400 € ACA

ENTIDADES PROMOTORAS E PARTICIPANTES

Agència Catalana de l'Aigua, Museo Marítimo de Barcelona, Agència Catalana de Cooperació al Desenvolupament, Àrea Metropolitana de Barcelona – Entitat de Medi Ambient, Ajuntament de Barcelona, Consorci per la Gestió Integral de l'Aigua de Catalunya, CERAI, Fundación Nueva Cultura del Agua, FIVAS, International Rivers, Enginyeria Sense Fronteres, European Rivers, Unió General de Treballadors, Comissions Obreres, Grup de recerca en comunicació i responsabilitat social (UAB), Universitat de Barcelona, Fundación Biodiversidad, AEMS – Rius amb Vida, Associació de Naturalistes de Girona, Associació per la Defensa i l'estudi de la Natura, Ateneu Juvenil, Cultural i Naturalista de Girona, Aula de l'Aigua, Barcelona – SCCL, Càtedra d'Ecosistemes Litorals Mediterranis, Centre d'Ecologia i Projectes Alternatius, Centre d'Estudis de Cristianisme i Justícia, Centre Mediambiental l'Arrel, Centre Internacional Escarré per a les Minories Ètniques i les Nacions, Coordinadora d'Entitats amb Palestina al Cor, Ecologistes de Catalunya, Ecologistes en Acció de Catalunya, Fòrum Cívic per la Sostenibilitat, Gent del Ter, Grup de Defensa del Ter, Institució de Ponent de Conservació i Estudi de la Natura, Lapsus Espectacles, Manifest de Vallbona, Observatori de la Tordera, Plataforma Cívica Montsalat, Plataforma d'oposició als Transvasaments, Plataforma en Defensa de l'Ebre, Plataforma Prou Sall!, Projecte Rius, Salvem Gaià, Sinergia Comunicació Consciente, Xarxa per la Nova Cultura de l'Aigua.

SINDICATO MISTO DE ESTUDOS E DE ORDENAMENTO DA GARONA - SMEAG

Propostas para uma gestão sustentável do Rio Garona entre os municípios de Boussens e Carbonne



DESCRIÇÃO

A actuação consiste na realização de um diagnóstico e de um plano de acção participativos do rio entre os municípios de Boussens e Carbonne com o intuito de conciliar os diferentes usos e o respeito pelos meios naturais: A actuação finaliza em Abril de 2011.

Elaborou-se um mapa, dos actores que desenvolvem a sua actividade entre os municípios de Boussens e Carbonne com o fim de constituir um Comité de Acompanhamento. Primeiro, apresentaram-se os objectivos aos Presidentes dos respectivos municípios, e de seguida reuniu-se o Comité de Acompanhamento com o fim de apresentar o projecto para recolher as suas observações e perguntas.

Para o diagnóstico, trabalhou-se com quatro grupos de trabalho sectoriais (institucional, utentes e actores económicos, presidentes

e cidadãos). Realizou-se um inquérito de percepções ao qual contestaram mais de 60 pessoas. A finalidade desta fase era apresentar e validar o diagnóstico com o Comité de Acompanhamento do projecto.

Na fase seguinte, trabalhou-se com os eleitos locais para a definição das propostas territoriais e os objectivos da gestão. Depois tratou-se da redacção do plano de gestão e programa de acções (continuidade ecológica, ecossistemas aquáticos e ribeirinhos, paisagens, gestão das presas hidroeléctricas, etc.) e apresentação do programa a todos os actores: Comité de Acompanhamento (para validação), Eleitos locais (para informação), Utentes e actores económicos (para informação) e Cidadãos (para informação)..

OBJECTIVO

Trata-se de esclarecer o funcionamento hidromorfológico e ecológico do rio e fazer um balanço dos seus usos (hidroeléctrico, canoagem, água potável, etc.), hierarquizar os problemas e propor objectivos e acções consensuais com todos os agentes.

ORÇAMENTO

38.000 € (estudo técnico)

12.000 € (processo de participação)

ENTIDADES PROMOTORAS

SMEAG, Agence de l'Eau Adour Garonne

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS DE NAVARRA - CRANA

Projecto de melhoria do espaço fluvial e redução de riscos de inundação no curso inferior dos rios ARGA e ARAGÓN



DESCRIÇÃO

O processo desenvolveu-se nas povoações ribeirinhas na parte baixa dos rios Arga e Aragón e a sua confluência fluvial. Realizaram-se 15 workshops, jornadas e reuniões de participação. Assistiu um total de 305 pessoas, representantes da administração e dos distintos colectivos sociais económicos e ambientais que operam neste território.

OBJECTIVO

O desenvolvimento de um processo de participação pública apoiado no diagnóstico de situação e na análise e priorização de alternativas de actuação de requalificação de rios e defesa face a inundações, na zona

de confluência dos rios Arga e Aragón, em paralelo com um estudo técnico multidisciplinar promovido pelo Governo de Navarra. Este trabalho está em conformidade com as Directiva Quadro da Água, Directiva de Inundações e a Directiva de Habitats.

ORÇAMENTO SUD'EAU

14.000 €

Este orçamento foi complementado com outras linhas de financiamento do Governo de Navarra

ENTIDADES PROMOTORAS

CRANA, Governo de Navarra (Serviço da Água), Gestão Ambiental Viveiros e Reflorestamento de Navarra, Ayuntamientos de Peralta, Funes, Falces, Villafranca, Caparroso e Marcilla.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS DE NAVARRA - CRANA

Auditoria ambiental da água ou estudo de intervenção no território Fluvial em Navarra



informou-se a população do início do processo participativo. Para o diagnóstico e a elaboração de propostas, tanto da auditoria ambiental como da intervenção no rio, organizaram-se workshops nos quais, a partir de um documento divulgativo elaborado numa base de dados técnicos, os participantes puderam debater sobre a temática. Realizou-se uma jornada de apresentação pública de resultados a toda a população, Município e Serviço da Água do Governo de Navarra, e um relatório sobre as medidas a adoptar de acordo com os resultados dos trabalhos.

DESCRIÇÃO

Nas localidades de Bera, Tafalla, Puente la Reina-Gares, Milagro, Aranguren, Buñuel e Ribaforada foi realizada, mediante um convénio de colaboração com o Centro de Recursos Ambientais de Navarra (CRANA), uma série de auditorias de água nas suas instalações, assim como estudos sobre o estado dos rios que passam por este território, cujos resultados serviram para pôr em marcha medidas que permitam poupar água nos serviços municipais, recuperar e valorizar o espaço fluvial. Todas as acções foram acompanhadas de processos de participação, informação e sensibilização.

Elaborou-se um mapa dos agentes a partir da identificação dos distintos actores que desenvolvem a sua actividade no município. Uma vez constituído um grupo de trabalho e, através duma apresentação pública do projecto,

OBJECTIVO

Fazer chegar à população informação de relevância relacionada com a gestão local da água e a situação do rio que passa pela localidade, com o fim de valorizar futuras vias de trabalho com vista à poupança de água e à requalificação do rio e no bom estado ecológico do rio.

ORÇAMENTO SUD'EAU

19.000 € (Bera), 10.600 € (Aranguren), 19.900 € (Puente la Reina), 18.500 € (Tafalla), 19.600 € (Milagro), 8.850 € (Buñuel e Ribaforada)

ENTIDADES PROMOTORAS

CRANA, Governo de Navarra (Serviço da Água), Câmaras Municipais de Bera, Aranguren, Puente la Reina-Gares, Tafalla, Milagro, Buñuel, e Ribaforada.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - CIMA

Espaço de participação pública para a melhoria de espaços fluviais urbanos PLANO RIA LAB



DESCRIÇÃO

A experiência piloto realizou-se em torno da Marisma de Micedo (cabeceira da ria do Carmen), estabelecendo como elementos dinamizadores da participação, espaços locais de interesse ambiental, pondo assim em marcha processos de: divulgação, sensibilização, atracção de voluntários e custódia do território.

OBJECTIVO

Criação de um novo espaço de participação pública à escala local através do qual se canalizam propostas em relação aos ecossistemas fluviais efectuadas pelos cidadãos.

ORÇAMENTO SUD'EAU

12.000 €

ENTIDADES PROMOTORAS

CIMA, e aconselhamento de Meio Ambiente do Governo de Cantábria.

ASSOCIAÇÃO IBÉRICA DOS MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO DOURO – AIMRD

Processo de participação pública sobre propostas de melhoria ambiental para a utilização lúdica do canal do município de Laguna de Duero



DESCRIÇÃO

Na futura execução do projecto de reabilitação do canal para uso lúdico e de irrigação, em Dezembro de 2009, numa reunião da Agenda 21, realizou-se uma apresentação do mesmo. Havia-se incorporado as modificações levadas a cabo, após aprovação de critérios com a Associação de irrigação do Canal do Douro. Posteriormente, através de sessões participativas, incorporaram-se propostas de modificação e melhoria possíveis através da reflorestação, da manutenção futura da obra e dos espaços de lazer.

OBJECTIVO

Melhorar a envolvente da Acequia de Laguna del Duero, conservá-la, criar rotas de lazer, trilhos e ecopistas, fomentar as actividades da natureza e melhorar o espaço para pessoas com mobilidade reduzida.

ORÇAMENTO SUD'EAU

11.107 €

ENTIDADES PROMOTORAS

AIMRD, Ayuntamiento de Laguna del Duero.

5

BIBLIOGRAFIA

- **Guia “De l’Aquí no a l’Així sí” (Del aquí no al así sí).** Direcció General de Participaçó Ciudadana. Generalitat de Catalunya.
- **“Guia de diseño de espaços deliberativos para la participaçó ciudadana”.** Direcció General de Participaçó Ciudadana. Generalitat de Catalunya.
- **“Participació ciudadana en la gestió de l’Aigua”**, Marc Parés (coord). Escola d’Administracions Públiques de Catalunya.
- **“Elementos de nueva política”** Editor: Joan Subirats. Autors: Germà Bel, Quim Brugué, Joan Font, Ricard Gomà, Josep Ramoneda, Ferran Requejo, Joan Subirats. Centre de Cultural Contemporània de Barcelona – CCCB.
- **COMISSIÓ EUROPEA (2003). Participaçó ciudadana en relación con la Directiva Marco del Agua.** Document guia núm. 8, Estrategia Comum de Implantació de la Directiva Marco del Agua (2000/60/CE). Comisión Europea, Direcció General de Medio Ambiente.

- **“Water and Sanitation Services. Public Policy and Management”**, Esteban Castro y Léo Héller. Capítulo 1, “System Conditions and Public Policy in the Water and Sanitation Sector” Esteban Castro. Earthscan.
- **“Informe sobre el desenvolvimiento de los recursos hídricos en el mundo: El agua en un mundo en cambio”**. UNESCO - World Water Assessment Programme.
- “Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power”, Autor: Eric Swyngedouw, Oxford Univerity Press.
- **“Un camino hacia la participación”**, Autor: Os participantes do seminário Participação 2007-2008. CRANA.
http://www.crana.org/ficheros/File/Voluntariado/Documentacion/Publicaciones_crana/Guia_camino_participacion.pdf
- **“Guía Calidad en Educación Ambiental”**,
http://www.crana.org/servicio/0/30/todos_los_publicos/publicaciones/5063/guia_calidad_en_educación_ambiental/
Contém um anexo: Critérios de qualidade ambiental Navarra - Participação.

Sítios de referência

- Instituto de Gobierno y Políticas públicas
<http://igop.uab.cat>
- Observatorio Internacional de la Democracia Participativa
<http://www.oidp.net>
- Agencia Europea de Medio Ambiente
<http://www.eea.europa.eu>
- Directiva Marco de Agua
http://ec.europa.eu/environment/water/water-framework/index_en.html

www.sudeau.eu

www.interreg-sudoe.eu

Programa:



Parceiros do Projecto:



Agència Catalana
de l'Aigua



FUNDACIÓN
Centro de Recursos
Ambientales de Navarra

